

## EDITORIAL

Apresentamos o segundo número do volume 20 da Revista REDES, referente ao terceiro quadrimestre de 2015. A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, passou a ter sua editoração em formato eletrônico a partir de 2007, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

O compromisso maior da Revista REDES é proporcionar um espaço não somente de divulgação de estudos e de pesquisas, mas, acima de tudo, de reflexão e de debate sobre diferentes temáticas relacionadas ao desenvolvimento regional. É nessa direção que, no presente número, disponibilizamos para nossos leitores um conjunto de dezesseis artigos, cujos autores (num total de quarenta e dois) estão vinculados a Instituições de várias estados e regiões do Brasil: são nove Instituições do Rio Grande do Sul, seis Instituições do Paraná, duas Instituições de São Paulo, uma Instituição de Minas Gerais, uma Instituição de Tocantins, uma Instituição do Rio Grande do Norte, uma Instituição da Paraíba e uma Instituição do Pará.

O eixo temático que aproxima as análises apresentadas nos dezesseis artigos publicados neste número da REDES é o “desenvolvimento rural”, um tema oportuno para a discussão nesse momento, não somente pela relevância permanente no contexto de desenvolvimento territorial no Brasil, mas, também, pela proximidade com a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), em 2013, resultado de um amplo processo de debate e discussão coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e que consagrou os seguintes princípios:

[...] i. instituir no Brasil rural um espaço construído com o comprometimento de toda a sociedade, onde viva com dignidade, pelo menos, um terço da população brasileira; ii. cumprir as funções sociais, culturais, econômicas e ambientais dos espaços rurais; iii. garantir o papel estratégico dos espaços rurais na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no país; iv. fortalecer processos de dinamização econômica, social, cultural e política dos espaços rurais; v. priorizar o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, visando à garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional e à democratização do acesso à terra e à água; vi. formular e implementar políticas, programas e ações que assegurem o acesso à terra, a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural e a permanência das populações rurais, especialmente jovens, com dignidade nas áreas rurais; vii. estimular a modificação do padrão de produção e de consumo alimentar da população brasileira, em favor de hábitos

alimentares saudáveis; viii. garantir a integração e a ampliação do acesso a políticas, serviços e equipamentos de infraestrutura logística públicos e de qualidade, que garantam responsabilidade na socialização do trabalho doméstico, com destaque para as áreas de educação, saúde e moradia; ix. garantir a aplicação dos direitos do trabalho no espaço rural; e x. construir, criar e consolidar mecanismos e instrumentos de gestão social no planejamento, elaboração, integração, controle e monitoramento das políticas públicas (MDA, 2013, p. 28-29).

O artigo de **Daniela Dias Kühn**, "Desenvolvimento Rural: afinal sobre o que estamos falando?", abre a presente edição. Mais do que uma revisão bibliográfica, a professora Daniela busca na "abordagem das capacitações", do economista indiano Amartya Sen, uma concepção de desenvolvimento rural que valoriza o aumento da possibilidade de escolha dos indivíduos que residem em ambientes constituídos por relações socioeconômicas, geográficas e culturais que evidenciam, através da paisagem, a utilização e (ou) preservação de aspectos relacionados à Natureza, cuja reprodução não é inteiramente dependente e (ou) condicionada pela ação humana.

Em seguida, **José Pedro Cabrera Cabral** "Políticas de Desenvolvimento Rural no Uruguai Progressista: 2007 – 2011" aborda, a partir de uma perspectiva do ordenamento territorial, as políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas pelo governo uruguaio no período de 2007 a 2011. Uma hipótese certamente provocadora de reflexão orienta o trabalho, qual seja, a de que "o governo progressista uruguaio implementou um novo modelo de desenvolvimento rural para beneficiar os setores agroexportadores e o capital internacional". A partir dessa hipótese, o professor José Pedro analisa quatro questões que, no seu entendimento, são importantes para uma melhor compreensão das políticas de desenvolvimento rural adotadas pelo governo uruguaio no período analisado: a primeira refere-se a uma nova configuração das políticas de desenvolvimento rural no Uruguai com base numa "nova" institucionalidade criada pelo governo para o desenvolvimento rural; a segunda centra-se na lógica do ordenamento territorial como elemento legitimador do novo modelo de desenvolvimento; a terceira demonstra como o governo de esquerda no Uruguai focou suas políticas de desenvolvimento sobre a lógica do desenvolvimento econômico territorial; e a quarta versa sobre como os problemas históricos sobre o uso e a propriedade da terra continuam sem solução.

O terceiro artigo apresentado neste número, "Políticas Territoriais e Desigualdades no Meio Rural Brasileiro", tem como autores **Armando Fornazier** e **Walter Belik**, e analisa as políticas públicas recentes de desenvolvimento regional no Brasil, em especial a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a política de desenvolvimento territorial denominada Territórios da Cidadania. Com o objetivo de discutir como essas políticas contribuem para o desenvolvimento regional no Brasil, os autores defendem que a articulação entre os atores sociais e as diferentes esferas do governo é o principal enfoque das políticas territoriais, pois cada vez mais o território é considerado um delimitador das ações de políticas públicas; além disso, as políticas públicas buscam uma maior interação do rural com o urbano, tanto nos incentivos às atividades produtivas quanto na oferta de benefícios sociais, tanto constitucionais como serviços de infraestrutura.

Em seguida, **Isabela Barchet** e **Jandir Ferrera de Lima** "O Perfil e o Crescimento Econômico Agropecuário da Região Sul do Brasil entre 1996 e 2010" analisam o perfil e o crescimento econômico agropecuário dos Estados da Região Sul do Brasil, no início do século XXI. Utilizando-se de indicadores referentes ao setor agropecuário – que de um modo geral apoiam-se no quociente locacional (QL), no índice do nível de crescimento agrícola (INC) e no índice do ritmo de crescimento agrícola (IRC) – os autores indicam que o processo de crescimento econômico agrícola da Região Sul do Brasil durante o período

analisado foi dinâmico nos três estados da referida Região (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), porém com uma economia agrícola deprimida.

O artigo de **Dilson Trennepohl, Lucir Reinaldo Alves e Antônio Joreci Flores**, “Especificidades Setoriais na Evolução do Valor Bruto da Produção Agropecuária Municipal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2006”, aborda as mudanças espaciais e as especificidades setoriais da evolução do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) nos municípios do Rio Grande do Sul, entre 1970 e 2006. Com base em dados dos Censos Agropecuários do IBGE, os autores mostram que atividades com grande participação no VBPA total em 1970, como o trigo e a pecuária de grande porte, perderam espaço para outras que apresentaram grande crescimento nesse lapso de tempo, como a soja, o fumo, a silvicultura e as lavouras permanentes. A mudança na importância das atividades se refletiu em mudança no ranking dos municípios com maior destaque no VBPA, onde ganharam participação aqueles que se especializaram nos setores mais dinâmicos.

**Patrícia Estanislau, Paula Tissiany Carneiro, Kézia Bondezan e José Luiz Parré**, em “Emprego Formal na Agropecuária: uma Análise Espacial 1989 – 2009”, analisam a distribuição espacial do emprego formal na agropecuária brasileira (total e por gênero). Tomando como referência 558 microrregiões geográficas do País e os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 1989, 1999 e 2009, os autores demonstram que, nos três períodos analisados, é evidente a maior participação do estado de São Paulo em número de contratações formais, tendência esta justificada pela composição de produção agropecuária paulista que possui produtos intensivos em mão de obra, como cana de açúcar, café e laranja. Além disto, indicam os autores, quando desmembrado o emprego formal por gênero, se observa a elevação no número de contratações de mulheres para trabalhar na agropecuária; esse crescimento, no entanto, acontece em percentual bem menor do que a contratação de mão de obra masculina, ou seja, a participação feminina ainda é tímida no universo do mercado de trabalho formal.

Na sequência, **Maria Patta Ramos e Denadeti Belinazzo**, no artigo “Condicionantes do Valor da Produção Familiar: uma análise comparativa entre agricultores familiares fumicultores e não-fumicultores (não integrados) nos três estados do Sul do Brasil”, comparam perfis de agricultores familiares que cultivam tabaco e agricultores familiares que não cultivam tabaco no Sul do Brasil, com o objetivo de identificar determinantes do valor da produção para cada um destes grupos. Com base numa pesquisa realizada com um grupo de 758 fumicultores e 384 não-fumicultores, as autoras defendem que, em geral, os agricultores familiares que cultivam tabaco, embora obtenham uma receita substancialmente maior que a contabilizada pelos agricultores familiares que não cultivam tabaco, apresentam condições de infra-estrutura, posse de bens duráveis e ingressos decorrentes de atividades produtivas (que não o fumo) inferiores.

**Augusto Mussi Alvim, Valter José Stülpe e Victor Hugo Kayser**, em “Análise da Eficiência Técnica nas Lavouras de Arroz no Rio Grande do Sul”, apresentam os dados de uma pesquisa que, a partir da utilização da análise envoltória de dados (DEA) e do modelo de regressão Tobit, avaliou a eficiência técnica de lavouras de arroz no Rio Grande do Sul. Os resultados da pesquisa mostraram que a maior parte das lavouras de arroz é ineficiente tecnicamente em termos locais (apenas 5,7% são eficientes), indicando, ainda, que existem diferenças importantes entre as lavouras de arroz conforme a região do estado gaúcho e a condição do produtor (se proprietário ou se arrendatário). Para os autores, as principais variáveis capazes de aumentar o nível de eficiência em lavouras de arroz nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul são assistência técnica, nível de escolaridade e sistema de cultivo.

Em “Avaliação da Gestão Ambiental em Pequenas Propriedades Produtoras de Leite no Vale do Taquari a Partir do Uso da Matriz Importância X Desempenho”, **Carlos Candido da Silva Cyrne, Claudete Rempel, Claus Haetinger e Rafael Rodrigo Eckhardt** registram que o Vale do Taquari é responsável por 12,5% da produção de leite (um milhão de litros por dia) do Rio Grande do Sul, envolvendo cerca de nove mil famílias, que encontram nesta atividade condições de se manter no meio rural. A partir desse registro, os autores analisam a aplicabilidade da matriz “Importância x Desempenho” como ferramenta para priorização de ações de melhoria da qualidade ambiental das propriedades produtoras de leite na região estudada.

**Valdenildo Pedro da Silva, Ranielle Freire da Silva, Anieres Barbosa da Silva e Leci Martins Menezes Reis**, em “Sustentabilidade de Agrossistemas de Produção de Mandioca no Agreste Paraibano, Utilizando o Método Biograma”, avaliam o estado de sustentabilidade de agroecossistemas de produção de mandioca (*Manihotesculenta* Crantz) na Mesorregião do Agreste da Paraíba, utilizando o método do Índice de Desenvolvimento Sustentável ( $S^3$ ) e sua representação gráfica, o Biograma. Os resultados do estudo apresentado indicam que há diferenças entre os níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas avaliados, uma vez que os agroecossistemas situados no município de Araçagi apresentaram níveis estáveis de sustentabilidade, os situados em Araruna e Bananeiras evidenciaram-se como instáveis e os de Puxinanã como os de maior estado crítico de sustentabilidade.

Em “Análise da Distribuição de Terras nos Assentamentos Rurais da Metade Sul do Rio Grande do Sul: a perspectiva de uma sustentabilidade compatível” **Jefferson Marçal da Rocha, Francis Casagrande Zanella e Rafael Cabral Cruz** analisam o processo de distribuição de terras e as principais estratégias produtivas adotadas nos assentamentos rurais da Metade Sul do Rio Grande do Sul nos últimos anos, considerando a compatibilidade socioambiental com o tamanho dos lotes. Para os autores, o método utilizado na distribuição de terras, aliado a práticas agrícolas convencionais, não garante a preservação ambiental do bioma e não viabiliza a reprodução socioeconômica das famílias em médio e longo prazo. Assim, defendem os autores, fica evidente que os lotes distribuídos, condicionados à trama socioeconômica e cultural já existente na região, levarão ao aprofundamento da perda da biodiversidade e das desigualdades sociais. Um processo que só poderá ser revertido com métodos coerentes de distribuição e com a prática de uma agricultura compatível, nas bases do desenvolvimento rural sustentável.

**Vinícius Deotan Coletti e Miguel Angelo Perondi**, em “Produção de Leite e Resistência da Agricultura Familiar: comparando duas estratégias de comercialização local na Região Sudoeste do Paraná – Brasil”, tomam como referência empírica regiões no Sul do Brasil onde a produção leiteira é predominante em propriedades rurais familiares para discutir as relações da agricultura familiar com o mercado, a resistência e a reprodução da agricultura familiar nessas regiões. Para os autores, a agricultura familiar vem persistindo e se diversificando nas regiões estudadas, colocando-se a comercialização de seus produtos diretamente com o mercado consumidor, no mercado local, como uma estratégia importante de reprodução.

**Fabio Schwab do Nascimento e Paulo Roberto Beskow**, em “Comercialização e Organização dos Produtores Agroecológicos no Rio Grande do Sul – o estudo das experiências da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antonio Prado – AECIA – e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, de Santa Cruz do Sul”, apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar os diferentes processos de comercialização e de organização em experiências de agricultura ecológica existentes no Rio Grande do Sul.

**Dhonathã Santo Rigo, Pedro Selvino Neumann e Paulo Roberto Cardoso da Silveira**, no artigo “A Construção do Conhecimento Socioambiental na Gestão do Espaço Rural: o caso de Derrubadas – RS”, analisam a realidade complexa da zona rural do município de Derrubadas, identificando o design paisagístico e a diversidade dos fatores naturais e sociais presentes. Segundo os autores, evidencia-se uma forma desigual de ocupação do espaço rural do município, com grande concentração de sua população em áreas rurais fragilizadas, de baixa aptidão para uso agrícola, limitada do ponto de vista produtivo e fundiário.

**Neriane Nascimento da Hora, Hélio Raymundo Ferreira Filho, Ana Cláudia Caldeira Tavares Martins e Maria de Jesus da Conceição Ferreira Fonseca (In memorian)**, no artigo “Saberes Tradicionais e Conservação da Biodiversidade: usos, fazeres e vivência dos Agricultores de uma Comunidade de Ananindeua – PA”, investigam saberes sobre conservação da biodiversidade presentes na atividade de produção agrícola de moradores da comunidade Igarapé Grande, ilha João Pilatos, Ananindeua-Pará. Segundo os autores, os agricultores de Igarapé Grande desenvolvem, principalmente, sistemas de cultivo baseado nos roçados e nos quintais agroflorestais, nos quais são cultivados, sobretudo *Manihotesculenta* Crantz, *Euterpe oleracea* Mart. E *Theobromagrandiflorum* (Wild. Ex Spreng.) Schum. Eles também sobrevivem de outras atividades, como a pesca, extrativismo vegetal, criação de aves, artesanato, e em menor escala, caça e pecuária. A atividade agrícola em Igarapé Grande fundamenta-se em saberes ambientais relacionados à escolha da área para o plantio, à época do plantio/safra, aos procedimentos e técnicas e áreas sem cultivo. Os agricultores reconhecem a importância da conservação da biodiversidade na comunidade Igarapé Grande, e, portanto, desenvolvem técnicas que promovem o enriquecimento das capoeiras, preservam áreas de floresta primária e de mata ciliar e conservam a agrobiodiversidade.

Por fim, no artigo “Processo de Cooperação como Ferramenta de Organização entre Grupos Atingidos por Grandes Empreendimentos: o Caso do Mineroduto da Ferrus na Microrregião de Viçosa – MG”, **Dayane Rouse Neves Sousa e Marcelo Leles Romarco de Oliveira** analisam como ocorre o processo de cooperação entre grupos atingidos por grandes empreendimentos de infraestrutura em um cenário marcado por conflitos ambientais. Analisando a organização das comunidades atingidas pela instalação do Mineroduto da Ferrus, na Microrregião de Viçosa (Minas Gerais), os autores indicam que as ferramentas de organização utilizadas pelos grupos atingidos foram as reuniões, a constituição da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrus e o processo de constituição da Associação dos Atingidos pelo Mineroduto da Ferrus. Diante da dificuldade de impedir a construção do Mineroduto, as comunidades atingidas se mobilizaram para que alguns impactos sejam eliminados e para que o valor das indenizações seja reavaliado.

Temos a certeza de que com a publicação de mais esse número da Revista REDES o PPGDR/UNISC mantém seu compromisso de impulsionar um debate qualificado sobre a importância da dimensão regional do desenvolvimento. Reafirmamos que para nós do PPDGR/UNISC, o desenvolvimento regional é uma questão teórica e política que tem pertinência permanente, que desafia para a compreensão da dimensão regional do desenvolvimento, mas, também, e principalmente, para uma ação política atenta à diversidade que brota das experiências históricas das comunidades regionais.

Os editores.  
Virgínia Elisabeta Etges e Marco André Cadoná.